

ATA DA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 08-9-2016.

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Ana Terra do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e vinte e cinco minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Dinho do Grêmio, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Eng^o Comassetto, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, José Freitas, Jussara Cony, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Delegado Cleiton, Elizandro Sabino, Mario Manfro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol e Rodrigo Maroni. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 208/16 (Processo n^o 2033/16), de autoria de Mendes Ribeiro; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 186/16 (Processo n^o 1870/16), de autoria de Paulinho Ruben Berta; e o Projeto de Lei do Legislativo n^o 200/16 (Processo n^o 1983/16), de autoria de Reginaldo Pujol. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de João Carlos Nedel, Líder da Bancada do PP, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6^o, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Guilherme Socias Villela no dia oito de setembro do corrente. Às quatorze horas e trinta e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Requerimento n^o 087/16 (Processo n^o 2019/16). Em Discussão Geral e Votação, foram aprovados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 153/16 (Processo n^o 1536/16); os Projetos de Resolução n^{os} 027, 030 e 028/16 (Processos n^{os} 1501, 1585 e 1522/16, respectivamente); os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 128 e 105/16 (Processos n^{os} 1354 e 1077/16, respectivamente); os Projetos de Resolução n^{os} 006 e 032/16 (Processos n^{os} 0484 e 1643/16, respectivamente); e os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 107, 060 e 078/16 (Processos n^{os} 1121 e 0686 e 0863/16, respectivamente). Após, Sofia Cavedon e Delegado Cleiton formularam Requerimentos verbais, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às quatorze horas e quarenta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1^a Sessão, o Projeto de Lei do Executivo n^o 022/16, discutido por Eng^o Comassetto e Adeli Sell; em 2^a Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 204 e 135/16, este discutido por Reginaldo Pujol, e 177/16, este discutido por Bernardino Vendruscolo e Rodrigo Maroni. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Cláudio Janta, Rodrigo Maroni, Adeli Sell, Dr. Goulart e Reginaldo Pujol. Durante a Sessão, Eng^o Comassetto manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por

Cassio Trogildo e secretariados por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel, na condição de Líder da Bancada do Partido Progressista e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Guilherme Socias Villela no dia 08 de setembro de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h33min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 087/16 – (Proc. nº 2019/16 – Ver. Reginaldo Pujol) – requer a realização de Sessão Solene no dia 14 de setembro, às 19h, destinada à entrega do Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva, *in memoriam*, a Marcus Vinicius Falcão Ferreira, a ser realizada no Acampamento Farroupilha de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 087/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1536/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que inclui a efeméride Dia da Presença Calabresa em Porto Alegre no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 11 de abril.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 12-09-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 153/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1501/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/16, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, que concede a Comenda Porto do Sol ao Lions Clube Porto Alegre Bento Gonçalves.

Parecer:

- da **CCJ.** Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 01-09-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 027/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1585/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Central de Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. – Unicred Central RS.

Parecer:

- da **CCJ.** Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 01-09-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 030/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1522/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Sociedade Libanesa de Porto Alegre.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 01-09-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 028/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1354/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 128/16, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que declara de utilidade pública a Associação Artística e Cultural da Periferia.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 05-09-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 128/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1077/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 105/16, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que inclui a efeméride Dia Municipal de Luta pela Valorização e pela Garantia de Direitos das Trabalhadoras Domésticas e dos Trabalhadores Domésticos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 27 de abril.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 05-09-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 105/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0484/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/16, de autoria do Ver. Paulo Brum, que Concede o Diploma Honra ao Mérito à Ortopedia Wiesbauer Ltda. – EPP.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 08-09-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 006/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o

aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com o voto contrário do Ver. Cláudio Janta.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1643/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/16, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Alceu de Deus Collares.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 12-09-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 032/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1121/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 107/16, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que inclui a efeméride Semana Municipal de Conscientização sobre a Doença de Parkinson no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 11 de abril.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 12-09-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 107/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0686/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 060/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui os eventos Procissão, Novena e Festa em Louvor a São Vicente de Paulo no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, realizados no mês de setembro.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Dinho do Grêmio: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 04-08-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 060/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0863/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 078/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que institui homenagem ao engenheiro e empresário Pedro Mello, constituída por um busto.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Rodrigo Maroni: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 04-08-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 078/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com abstenção da Ver.^a Sofia Cavedon.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 096/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereadora, nós tínhamos um acordo de votarmos as homenagens antes dos vetos. Depois ingressaremos nos vetos. Temos acordo para as homenagens e inclusão de datas comemorativas. Não podemos passar os outros projetos na frente dos vetos.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, desculpe, mas esta líder do PT não se encontrava na hora do acordo. Gostaria que V. Exa. reconsiderasse na forma de votação, se possível, uma vez que são sete votos. E há uma expectativa, pois os vigilantes estão aqui; e sabemos que sete votos acabam não resolvendo rapidamente. Com a permissão de V. Exa., sem querer romper nenhum acordo, gostaria de manter o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Este projeto não está nem priorizado. Não foi priorizado na reunião de Líderes.

O SR. ENGº COMASSETTO: Desculpe, Sr. Presidente, mas, como não tem havido mais as reuniões de liderança, nós combinamos de trazer aqui para fazer o acordo neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não é verdade, Ver. Engº Comassetto, nós não combinamos isso.

O SR. ENGº COMASSETTO: Desculpe, se não tem reunião de Líderes, nós não podemos priorizar.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não tivemos reuniões porque não tivemos quórum. Na verdade, não temos chamado reuniões porque temos uma vasta Ordem do Dia estabelecida, priorizada, e com sete vetos trancandos, então, logicamente que V. Exa. tem toda prerrogativa de vir em plenário pedir inclusão, e não desconsidero isso, mas não houve acordo nesse sentido.

O SR. ENGº COMASSETTO: Bem, nós vamos manter o requerimento para conversar com os demais Líderes.

O SR. DELEGADO CLEITON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCL nº 028/13. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito ao 1º Secretário, Ver. Paulo Brum, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h49min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2021/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 022/16, que altera o art. 42 da Lei nº 12.002, de 21 de janeiro de 2016, que estabelece normas para a instalação, a conservação e o uso de elevadores, escadas rolantes e outros equipamentos de transporte instalados de forma permanente em edificações no Município de Porto Alegre; e revoga as Leis nºs 1.827, de 27 de dezembro de 1957, 2.134, de 19 de novembro de 1960, 2.864, de 9 de dezembro de 1965, 7.787, de 24 de maio de 1996, e 8.497, de 22 de maio de 2000, prorrogando o prazo para as empresas de manutenção cadastrarem, no Sistema Informatizado de Dados, os equipamentos de transporte de sua responsabilidade.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1433/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 135/16, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que obriga a manutenção de equipe profissional composta por bombeiros civis nos estabelecimentos que especifica. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 1808/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 177/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que determina a pena de prisão perpétua em clínica psiquiátrica a quem for sarcástico com animais, estuprá-los e enterrá-los vivos no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1989/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 204/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia do Tango no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 10 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Marcelo Sgarbossa; Ver. Adeli Sell; Ver. Engº Comassetto, na Liderança da nossa Bancada; faço aqui algumas reflexões que fazem parte deste momento dramático que o Brasil vive. Nós recebemos a Presidente Dilma na terça-feira, dia chuvoso. E ontem, tivemos o grito dos excluídos, a ironia da vida, 7 de Setembro, dia de comemoração da Pátria, da Independência do Brasil. A reflexão que fazíamos e fazemos é o quanto o Brasil ainda deve ao seu povo na sua soberania, na construção da identidade nacional, de uma identidade reconhecida e orgulhosa de todos e todas que vem, com certeza, apenas da sensação de que eu sou cidadão pleno, que todos somos cidadãos e cidadãs plenos, que votamos, opinamos e dirigimos o destino de nosso País. Então, para nós, a Independência do Brasil, as comemorações de ontem eram comemorações voltadas à luta, voltadas à reflexão, voltadas à mobilização. O grito dos excluídos, que foi excluído de passar na Av. Edvaldo Pereira Paiva, barrado por um grande contingente de policiais militares ou policiais do exército, formado por lideranças, por movimento sindical, por movimento social e também por Movimento dos Sem-Terra. De toda maneira, ficou ao lado, na lateral da Edvaldo, no final do desfile, se manifestando, pedindo democracia, pedindo justiça social e dizendo que nós não vamos aceitar um Governo que venha fazer com que os trabalhadores e as trabalhadoras deste País paguem a conta da crise do capitalismo.

Nós sabemos que essa crise é mundial, mas um Governo, que respeita e honra o seu povo, é um Governo que o defende acima das crises financeiras. É um Governo que induz crescimento, é um Governo que preserva direitos, é um Governo amplia o acesso a esses direitos. Nesse sentido, nós votamos hoje à tarde, e eu fico muito contente em vir aqui também para agradecer por essa votação, uma pequena ação afirmativa, ao incluir o Dia Municipal de Luta pela Valorização e pela Garantia de Direitos das Trabalhadoras Domésticas e dos Trabalhadores Domésticos. Esse dia será celebrado em 31 de maio. Desculpem, na verdade, 31 de maio é a lei das datas comemorativas. Nós estamos definindo esse dia de luta do trabalhador e da trabalhadora doméstica para o dia 27 de abril. Por que é importante ainda essa luta? Porque nós temos no Brasil mais de oito milhões de trabalhadores domésticos, a maioria de mulheres. Na sua grande maioria - isso vem mudando-, eram, historicamente, negras, muitas meninas, filhas de famílias negras, tiveram sua infância abortada trabalhando como empregadas domésticas, escravizadas, Ver.^a Jussara Cony. Essa lei, legislação que

o nosso Governo Federal sancionou, construção da luta das mulheres, das trabalhadoras e dos trabalhadores, das centrais sindicais do País, orienta que as empregadas domésticas, que são tão empregadas e tão trabalhadoras como quaisquer outras, devem ter os direitos da CLT. Essa luta ainda não está concluída, ainda há mais de cinco milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos que não têm seus direitos garantidos, que não têm 13º salário, que não têm férias, horas extras, descanso remunerado.

Dia 27 de abril, aqui, em Porto Alegre, será uma data de luta, sim, de reconhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas – nós acabamos de votar isso. Espero que isso nos fortaleça para enfrentarmos também a falta de direitos trabalhistas dos terceirizados e das terceirizadas da Prefeitura de Porto Alegre. Nós, infelizmente, na forma de cooperativas de trabalho, temos milhares de trabalhadoras e trabalhadores que não têm sequer descanso anual remunerado. Pasmem: infelizmente, os trabalhadores que estão nas capinas e na varrição de rua de Porto Alegre não têm nem 15 dias remunerados ao ano para descansarem. Eu achei que estivessem cumprindo os 15 dias, mas não, Ver. Marcelo; se pararem para repousar, não recebem nem os 15 dias. Têm direito de parar por 15 dias, mas não sabem se ficam felizes porque vão parar 15 dias, porque não recebem esses dias na volta. Olhem o tamanho da escravização que nós ainda enxergamos na relação com o Poder Público em Porto Alegre!

Eu estou representando, junto ao Ministério Público, para que façam com que a Prefeitura obrigue as cooperativas de trabalho de Porto Alegre a cumprirem a lei. Nós já temos lei, o que está faltando é o gestor fazê-la cumprir. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, no conjunto da força das centrais sindicais, estamos colocando nas capitais brasileiras algumas dezenas de *outdoors* alertando o Presidente da República que não vamos aceitar a proposta da reforma de previdência. Tem muita coisa que o Governo tem para fazer antes de tentar tirar direitos dos trabalhadores. Uma delas é legalizar os jogos no Brasil, o que poderá arrecadar muito dinheiro para a Previdência Social brasileira; taxar as grandes fortunas e cobrar. Estamos vendo, por meio da Lava Jato, nos fundos de pensões, muito dinheiro desviado. Se houver um grande controle do dinheiro público, não precisará, novamente, os trabalhadores pagarem a conta que não é deles. Não adianta fazer contas mirabolantes, dizendo que daqui a 20, 30, 50 anos terão dois trabalhadores na ativa para pagar um aposentado. No mundo que prioriza somente automação, o capital, essa conta tende a aumentar diariamente. Assim, estamos rechaçando qualquer retirada de direitos, o que fazemos há muito tempo.

Quero falar sobre outro tema que vimos alertando desta tribuna há um ano, e estamos sendo taxados de retrógrados, de barões, de protetores de monopólio, mas o

senhor é o dono do tempo e a verdade sempre vem à tona. Começa a cair a máscara da empresa que se diz salvadora da Pátria, do emprego em Porto Alegre, que já foi expulsa de vários países por gerar desemprego, pois, na terça-feira, seus empregados – que ela gosta de chamar de sócios, colaboradores, parceiros, mas, na verdade, são seus empregados – fizeram uma manifestação, porque estão sendo explorados. Olhem bem, explorados! Essa empresa baixou descaradamente o preço, impôs uma redução nos preços. E aí o que vimos é que o seu preço está quase concorrendo com o transporte coletivo de Porto Alegre, com a passagem do ônibus em Porto Alegre.

Então, o que dizíamos antes, começa a se comprovar: o desemprego está vindo a galope no setor de transporte de Porto Alegre. O que era para ser um carro de luxo, um carro para trazer um conforto para a população, está virando numa coisa pior do que os táxis, que aceita qualquer um, aceita pessoas com ficha corrida. Qualquer pessoa que tenha um carrinho e a carteira de motorista está habilitada a trabalhar nessa empresa, que declarou o prejuízo e quer tirar esse prejuízo às custas do povo de Porto Alegre, como tentou fazer na Índia, na Alemanha, na França, em vários países do mundo, e foi expulsa. Então, começa a verdade vir à tona, começa a aparecer a verdadeira exploração que querem fazer com o povo de Porto Alegre, com os taxistas, com os ônibus, com as lotações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero discutir o projeto do Executivo que está em 1ª Sessão de Pauta, que estabelece normas para instalação, conservação e uso de elevadores, escadas rolantes e outros equipamentos de transporte instalados de forma permanente em edificações no Município de Porto Alegre. Eu quero falar desse tema aqui, Sr. Presidente, para tratar de um equipamento público, Ver. Adeli Sell, que é o terminal de ônibus da Restinga. Esse terminal foi completamente abandonado! Após a licitação do transporte público de Porto Alegre, na qual houve a fusão de empresas – nós já dissemos neste plenário que, se ocorresse a licitação como ocorreu, seria mais do mesmo. A população hoje está indignada com o tema do transporte público de Porto Alegre porque ele piorou após essa licitação. Na Restinga, a empresa Tinga vendeu a área da sua garagem e, nessa venda, passou a estacionar todos os seus ônibus na Av. Nilo Wulff. Mais recentemente, Ver. Cláudio Janta, a Prefeitura cedeu um terreno para as empresas de ônibus, junto ao terminal da Restinga, na Av. Nilo Wulff. Um terreno público onde as empresas privadas se instalaram sem nenhuma infraestrutura, ao lado de uma escola infantil e de outra instituição comunitária que trata de pessoas com deficiência. Aquilo virou um lodaçal e, quando seca, levanta uma poeira que incomoda os transeuntes; por lá passam milhares de transeuntes diariamente. Nós gostaríamos de saber, Sr. Presidente, de que forma a Prefeitura Municipal de Porto Alegre cedeu um

terreno público para as empresas privadas utilizarem, ocuparem? Qual é a contrapartida para o Município e para o transporte público? A contrapartida, neste momento, Ver. Tarciso Flecha Negra, é barro; pessoas tendo que embarcar dentro do lodo, quando seca, levanta poeira que cobre todas as quadras inclusive de escolas vizinhas. É algo inconcebível! Eu quero fazer um Pedido de Providências e um Pedido de informações ao Prefeito Fortunati, por meio do Secretário Cappellari, que traga as explicações para este Legislativo e para a população de como as empresas privadas de ônibus tomaram conta de um patrimônio público que, ao invés de ajudar, está trazendo prejuízos à população. Nós não somos contrários a que o patrimônio público seja utilizado em benefício da população. Mas, naquele caso, só está tendo um benefício, que é para o sistema de transporte público da cidade de Porto Alegre; não está trazendo nenhum benefício para os nossos moradores, para as pessoas que utilizam o sistema de transporte. Eu gostaria, se a câmara conseguir pegar aqui, de mostrar as pessoas embarcando no meio do lodo no terminal de ônibus da Restinga. (Mostra fotografia.) É um riacho, as pessoas caem dentro d'água. E, se nós estamos tratando de um projeto sobre acessibilidade, Ver. Paulo Brum, o senhor, que é um cadeirante, convido-o a visitar o terminal de ônibus da Restinga. Os moradores do entorno ficam cobertos de lama ou de poeira, tem duas opções, e essas opções não podem ser avaliadas por este Legislativo. Essas opções são de responsabilidade do Executivo Municipal. Sr. Cappellari, por que se entregou esse terreno público para as empresas de ônibus não atenderem bem à população? Nós estamos aqui discutindo esse projeto do Executivo.

Para finalizar, eu cumprimento os vigilantes que estão aqui em função de um projeto que poderá ser votado dentro do acordo que fizeram nesta Casa. O projeto trata de vigilância 24 horas nas agências bancárias que têm caixas eletrônicos, porque as pessoas vão ali e ficam desprotegidas nesses caixas eletrônicos que são assaltados, que são explodidos. Os banqueiros podem sim pagar e manter vigilância 24 horas para o bem da população. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu não estou aqui para repreender nenhum Vereador, mas, novamente, quero esclarecer ao Ver. Comassetto que não temos acordo para votar nenhum projeto fora os vetos. Existe um requerimento de V. Exa. que seria apreciado, mas caiu a Ordem do Dia. Depois os vigilantes ficam me cobrando ali fora!

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente Cassio Trogildo, quero aproveitar ainda a presença do Ver. Rodrigo Maroni para dizer a ele que tenho sido um crítico dos seus projetos, não das suas ideias, do mérito. Realmente o Vereador não tem limite, propõe pena de morte, enfim. Agora, peço encarecidamente que V. Exa. me ajude: aquele que for sarcástico com os animais, além de estuprar, enterrar vivo, enfim, aquele negócio todo, que quem fez isso seja preso, prisão perpétua em clínica

psiquiátrica. Bom, sobre estupro de animais, há muitos projetos de sua autoria que trata desse assunto; agora, “ser sarcástico”... Eu tenho dificuldade porque estava pensando como é que eu poderia ser sarcástico com meus cachorros lá em casa? Eu quero... Não sei, não consigo... Vou conceder um aparte de uma forma muito carinhosa ao Ver. Rodrigo Maroni para que me diga em que momento alguém poderá ser sarcástico com um animal, em que momento? Mas eu gostaria...

O Sr. Rodrigo Maroni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde, Ver. Bernardino, vou lhe responder em Liderança daqui a pouco.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: É que eu tenho dificuldade... Em que momento... Eu não quero mais, eu não posso, eu tenho que tomar cuidado para não ser sarcástico com meus animais. Não precisa ser em Liderança, estamos em período de Pauta, V. Exa. pode falar – eu lhe dou o aparte -, pois vai me ajudar aqui na minha fala.

O Sr. Rodrigo Maroni: Eu vou lhe ajudar daqui a três minutos quando V. Exa. terminar sua fala.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Está bom! Assim, maltratar animais, isso tenho facilidade de entender o que é, apesar de ser curto; sou curto, não é Vereador? Porque não consigo entender em que momento um ser humano poderá ser sarcástico com um animal! Quando ocorre o sarcasmo? É físico ou é por palavra, por comunicação? Eu sinceramente... Assim, tenho uma tese, já disse à Direção da Casa, não se trata aqui... Em outro momento o Vereador falou que nós estávamos, eu em especial, tentando cercear seu direito. Não, não é! É que o direito do Vereador é muito subjetivo porque ele não tem o direito de movimentar esta Casa com um projeto altamente inconstitucional! Isso foge da possibilidade mínima de ter espaço para uma contestação da juridicidade ou não. Imaginem, nós estamos aqui tratando de prisão perpétua ou de penalidades por crime, quando prisão perpétua e penalidades por crime estão regidas lá na nossa Constituição Federal, no Código Penal e no Código de Processo Penal, entre outros – o Vereador não tem competência para legislar sobre esse assunto! Aliás, eu volto a questionar: por que a Casa permite discussões que extrapolam a sua competência? Estaríamos nós, aqui, ociosos de serviços? Não, não me parece! Aí fica aqui esse questionamento.

E eu volto a dizer: quando se trata de animais, eu não vou, evidentemente, disputar aqui quem gosta mais ou menos, mas fala alguém que tem animais em casa. Vou dizer mais, vou confessar um particular: devo me mudar para outra cidade, no final do ano, e eu gostaria muito de morar num apartamento, porque apartamento tu fecha e pode vir embora, ficando liberado, mas eu não posso porque eu tenho animais, eu tenho cães. Quem tem animais não consegue se desfazer como se desfaz de um móvel. Quem tem animais e gosta está preso aos sentimentos dos animais; e é o caso deste Vereador. Então, eu, sinceramente, não sei o porquê essa insistência de tentar legislar sobre um

assunto que nós não temos condições técnicas, não temos juridicidades, não temos capacidade jurídica. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; queridos Vereadores e Vereadoras, colega Bernardino, queria, antes de tudo, exatamente lhe explicar algumas coisas. Primeiro, está impresso aqui – se o senhor quiser dar uma olhada – todos os meus projetos, porque não foi somente o senhor que, de forma deliberado, aqui utilizou boa parte do seu tempo como Vereador, e eu não estou aqui lhe questionando porque eu acho legítimo o senhor falar sobre o que quiser. O senhor já trouxe uma melancia, trouxe uma caixa, foi a maneira como o senhor quis se expressar. Mas de todos os meus projetos, infelizmente, se tem alguém da imprensa aqui, e eu até torceria para que houvesse... A imprensa também tem cumprido esse papel de, muitas vezes, fazer chacota e deboche com relação a alguns projetos que apresentei aqui na Câmara Municipal. Dos 36 projetos que eu consegui imprimir, porque, na verdade, nós temos uma totalidade que eu posso trazer em um outro momento, eu vou citar alguns: PLL nº 194/16, que disciplina o transporte de animais domésticos e cão-guia nos sistemas regular e especial do transporte intermunicipal de passageiros; que dispõe sobre visita de animais domésticos de estimação em hospitais públicos em período de tratamento de internados; prevenção de condutores de veículos automotores quando atropelarem e não emitirem socorro; o PLL nº 059/16, que proíbe a caudectomia e obriga os consultórios, as clínicas e os hospitais veterinários a afixarem, em sua sala de recepção, cartaz informando essa proibição; PLL nº 085/16, que estabelece penalidades aplicáveis em face de condutas contra cães ou gatos; o PLL nº 069/16, que institui o programa Banco de Ração e Utensílios para Animais; instalação de circuito interno de filmagem em *pet shop*, porque muitos animais são abusados e maltratados inclusive em *pet shops*; PLL nº 073/15, que institui o Código Municipal de Proteção aos Animais, no âmbito do Município de Porto Alegre; PLL nº 066/16, que inclui conteúdo sobre direitos dos animais nas aulas ministradas nas escolas públicas da rede municipal de ensino; PLL nº 075/16, que prevê serviço de atendimento veterinário da Samuvet; PLL nº 081/16, que institui verba salarial para protetores de animais cadastrados na Prefeitura Municipal e dá outras providências – já que há centenas deles que protegem até 200 animais; o PLL nº 093/16, que institui, no Município de Porto Alegre, a obrigatoriedade da adoção de cães ou gatos por unidade familiar e dá outras providências, que eu troquei por “sugestão” de adoção; PLL nº 100/16, que visa à construção de cemitério público para animais no Município de Porto Alegre; cem por cento de isenção de pagamento do IPTU para imóveis em clínicas veterinárias, para baixar o custo das clínicas veterinárias para as pessoas poderem levar os seus animais; colocação de placas e adesivos em locais visíveis e restaurantes similares permitindo ou

não a entrada de animais domésticos; proibição da criação para reprodução e comercialização de animais de raça, de estimação; coleiras reflexivas para os animais não serem atropelados no Município de Porto Alegre; manufatura de casinhas de cachorro para condenados e reclusos em regime semiaberto e fechado no Município de Porto Alegre; manufatura de casinhas térmicas para abrigo de cachorros, ou seja, para protetores que tenham milhares de animais que ficam, muitas vezes, em local tomando chuva, e que não têm condições de construir casinhas para cinquenta, sessenta animais; obrigatoriedade de todas as escolas municipais terem na sua proporção de dois a dez animais, *pet*, para incentivar a relação das crianças, desde pequenas, com os animais; projeto que visa ao trabalho voluntário dos Vereadores de seis horas junto a algum tipo de proteção ou secretaria de animais; banco de medicamentos do Município de Porto Alegre para doação aos animais de rua, quando a validade do medicamento estiver quase alcançando seu vencimento...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Projeto que institui a criação de 3 mil casinhas de cachorro distribuídas por todo o Município; delegacia eletrônica dos animais; obrigatoriedade de os Vereadores, com 30% do seu salário, para a causa animal; criminalização para aqueles que furtam animais domésticos, que roubam. Em Canoas, eu fui ver vários casos, e a Ana acompanhou o caso daquele animal que foi roubado, a Petúnia, e foram várias denúncias que recebi este ano. E mais, transporte de animais domésticos; sistema regular intermunicipal de passageiros; entre outros.

Sobre o sarcasmo, sobre a coleira e a castração química, três dos quase cem projetos de que podemos falar. Eu, particularmente, desconheço, e até peço sugestão de novas ideias, porque acho que peguei tudo o que eu podia pegar e visualizei para os projetos tudo o que pudesse colaborar com a diminuição do abandono.

Com relação aos projetos, Ver. Bernardino Vendruscolo, sabe sobre quantos deles apareceu uma coluna na imprensa, de todos os que citei? Nenhum, nada! E eu queria convidar a nossa colunista Rosane de Oliveiras, se de alguma forma chegasse até ela, a publicar sobre isso aqui, ou alguém que faça a pauta política dos animais. Sabe qual é o problema, Bernardino? Infelizmente, nós vivemos uma realidade onde as pessoas tentam, mais do que criminalizar a política, esconder os projetos que possam, de fato, auxiliar as pessoas.

Com relação a esses projetos mais polêmicos, se eles existem, com relação à questão do sarcasmo, que tu perguntaste, quero dizer que, na língua portuguesa, sarcasmo é *bullying*, é flerte – a gente pode pegar o dicionário e olhar – e vai até tortura, obviamente para quem tem linguagem verbal para se defender. Eu posso te agredir de forma verbal com mais violência do que um soco ou um tapa na tua cara. Como não há uma comunicação verbal com os animais, é obvio que pegou a parte do estupro, do assassinato e da tortura. Para quem quis satirizar, eu agradeço a todos os *blogs*, principalmente os orientados a partir de alguns colegas aqui. Eu sempre cito aqui a

nossa colega que também gosta de fazer a pauta animal – pelo menos parecer ser. E tu, Bernardino, por ter dado visibilidade a este projeto, eu agradeço de coração, porque, de certa forma, por mais que haja ironia, comentários e deboches – com isso eu não tenho nenhum problema –, efetivamente, faz as pessoas refletirem que existe esse tipo de crime contra animais. Se é debochando ou não, se é ironizando ou não, algumas pessoas não sabiam sobre animais estuprados ou assassinados. E aí eu te faço um desafio: vamos visitar o Presídio Central. Tem a galeria dos Mano, outra dos Bala na Cara – eu fui lá dentro nas galerias –, outra é do VR, e tem mais um que me esqueci do nome. Tem outra galeria que é só para policiais e pessoas que têm Ensino Médio. E tem uma galeria que é mais lá no final, que eu fui ver o artesanato, que é a galeria contra crimes sexuais. *Ok.* Eu pergunto o seguinte: quantos? Se tiver, eu quero aqui saber, porque, inclusive, quero eu falar sobre isso. Quantos crimes contra animais? Um preso, Tarciso, um só. Um só! E quero que me digam que, num país de 200 milhões de habitantes, não há crime de assassinado contra animais, de estupro, de violência. Só que, até 2016, não há um preso, nós temos 500 anos de País, e não há um preso, um sequer. Se disser que tem, eu gostaria muito de conhecer. Liguei, inclusive, para presídios do Rio de Janeiro e de São Paulo para saber números, para eu não falar besteira. Não há um sequer que tenha sido algemado nem que fosse por duas semanas, por ter dado um tiro no animal. Ou seja, se é palhaçada o que estou falando aqui, se é bobagem o meu projeto, pelo menos eu estou fazendo gerar uma discussão que nunca tinha sido feita. Se é o Congresso Nacional, então, que bom! Tomara que Deputados Federais revejam isso, porque não há um indivíduo que tenha estuprado um animal comprovadamente. Pode ter sido gravado, o cara pode trazer aqui no meio do plenário e dar um tiro, praticar zoofilia, ou torturar um animal, como teve casos em que fui chamado para animais nos quais foram enfiadas vassouras no ânus ou, na virada do ano, um indivíduo enfiou uma caneta no olho... É a esse tipo de sarcasmo a que eu me refiro.

E eu quero perguntar para vocês: sabem o que acontece com esses indivíduos? E eu tenho vários colegas da polícia que trabalham comigo, com muita satisfação, eu posso falar isso. No máximo, o que vai acontecer no nosso País, infelizmente, seja em Porto Alegre, em Canoas, em Guaíba ou em Rondônia ou no Amapá, é o indivíduo assinar um termo, como se tivesse a atenção chamada pela diretora do colégio para dizer que não vai fazer mais. É só isso. E se houver muita comoção popular, se alguém estuprar no meio do Centro de Porto Alegre e gerar uma revolta generalizada com 20 mil pessoas, o cara vai ter que pagar umas 30 cestas básicas ou fazer um serviço comunitário em que ele vai, uma vez por semana, para assinar. Então, não tem crime! Não tem um preso! Vocês debocham de mim, mas não debocham disso, cara! Eu estou perdendo o meu tempo fazendo esta discussão? Que bom! Eu vou fazer esta discussão até o final: de estupro, de tortura e de morte, porque, infelizmente, desses 200 milhões de brasileiros, a maioria não tinha atenção para a causa animal, e, se foi dessa maneira que a gente conseguiu acessar a imprensa... Lamentavelmente, a imprensa só publica o que é ruim ou o que é polêmico. Ou alguém tem dúvida disso? Alguém aqui foi chamado para dar uma entrevista para falar bem de algum projeto seu? Alguém foi? Eu quero saber se alguém recebe convite para

entrevista de algum jornal para responder: “Olha, qual foi o teu trabalho, durante quatro anos, bacana?”. E o posto de saúde 24 horas, Janta? Alguém da imprensa te chamou para fazer uma entrevista, dar uma coletiva? Não! E querem debochar de nós, querem debochar de mim! Mas que debochem, eu fico muito contente, se é essa a maneira de a gente poder fazer a volta. Nós temos que contornar. Então, não tenho nenhum problema com isso, gente. Agradeço à imprensa que debocha, e, inclusive, quero fazer um convite, Bosco: divulguem mais para imprensa, se puderem, que outros jornais venham, vamos falar do sarcasmo. Podem debochar de mim, podem falar dos estupros e das mortes dos animais. Não tem nenhum problema.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Rodrigo Maroni. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, diz um ditado que ninguém é obrigado a plantar, mas evidentemente que as pessoas colhem o que plantam. Assim é aqui na Câmara Municipal, colegas Vereadores, com relação aos nossos projetos de lei. Infelizmente, Ver. Cláudio Janta, não se faz o devido acompanhamento de uma câmara como a Câmara de Porto Alegre, por óbvio, mas também se, às vezes, há um certo desdém conosco é porque se criou, nesta Casa, um caldo de cultura não muito positivo em relação à elaboração de projetos.

Hoje, eu discutia com um estudante de mestrado da UFRGS da área do Direito que ficou impressionado, Ver. Bernardino Vendruscolo, que não tivesse um grupo técnico, além da Procuradoria da Câmara, para discutir com os Vereadores o conteúdo legal, Ver. Tarciso Flecha Negra, das matérias que aqui tramitam. Ninguém de nós precisa ser necessariamente especialista num determinado assunto. No entanto, temos a obrigação de buscar a devida assessoria nas instituições para a elaboração de projetos. Nós não podemos apresentar aqui um projeto que é de competência federal, por exemplo. O que é de competência federal nós temos que deixar para os nossos deputados federais. Buscar, talvez, num deputado, uma parceria para uma grande ideia; mas nós não podemos colocar aqui porque isso é de uma irresponsabilidade muito grande. Assim como também não podemos tratar de assuntos que são de competência do Governo do Estado. Há questões da região metropolitana, Ver. Paulo Brum, que eu gostaria, evidentemente, de tratar, mas eu não consigo porque as questões da Metroplan são atinentes ao Governo do Estado, portanto são os deputados estaduais que têm que agir com relação a essa questão. E nós devemos, sim, buscar os deputados estaduais, e eu fui recentemente numa audiência pública com o Dep. Nelsinho Metalúrgico, discutir o problema da falta de acesso às pessoas com deficiência do transporte de passageiros da região metropolitana e dos ônibus de longo curso. Esse é o nosso papel numa audiência pública colocando que aquilo que o deputado levantou para a região metropolitana e do Estado, que é de sua competência, no Município acontece o mesmo problema. As geringonças que botaram em alguns ônibus, que não são elevadores, não

funcionam devidamente para os cadeirantes, e os cadeirantes ficam nas paradas. Isso é uma questão municipal quando o ônibus for municipal; sendo metropolitano ou de longo curso, nós temos que buscar um deputado estadual para tratar desse tema com ele. Na legislação penal, o Ver. Bernardino já foi claríssimo aqui dizendo que isso está no Código Penal e no Código de Processo Penal. Portanto, é de competência não da Câmara de Vereadores, e é por isso que muitas vezes nós sofremos pechas aqui, mas quero deixar bem claro que inclusive espero estar na próxima legislatura para poder intervir na questão da CCJ porque é inconcebível que um voto na CCJ e, às vezes, da própria pessoa, do autor do projeto de lei vá adiante. Na CCJ tem que ser votação como em qualquer Comissão; por maioria e ponto. Porque aí nós vamos limpar a pauta naquilo que ela tem que ser limpa. Isso não tem censura. É assim porque a legislação é algo que tem que ser seguido rigorosamente. Se a gente não acreditar nisso, não acreditar no Estado Democrático de Direito, bom, temos que ver outras formas e nem todas são formas que eu acho que sejam necessariamente democráticas, apesar de achar que, em alguns momentos, a desobediência civil foi extremamente importante para que a gente chegasse no Estado Democrático de Direito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, evidentemente que o dia de hoje, marcado por uma série de acontecimentos que, após o 7 de Setembro, Dia Nacional dos festejos da nossa Independência, algumas pequenas manifestações aqui e acolá, nada que empanem o fato histórico, e que, obviamente, até, de certa forma, explique porque o nosso quórum não é dos mais altos neste momento. Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar passar o último dia de pauta sem me referir ao PLL nº 185/16, de autoria do meu amigo, Ver. Airto Ferronato, que obriga a manutenção de equipe profissional composta por bombeiros civis nos estabelecimentos que especifica. Trata-se de um projeto que aparentemente extrapola a nossa competência, na medida em que busca legislar em situações inclusive privadas, mas foca num assunto da maior relevância. Os chamados bombeiros civis, uma instituição que a sociedade precisa prestigiar, merece, da parte de todos nós, legisladores, um maior acatamento. Então quero, neste segundo dia de pauta, última oportunidade que temos sobre o assunto, me manifestar, antes, Ver. Bernardino Vendruscolo, que eles passem a ter a chancela das Comissões. Nesse sentido, quero antecipar uma posição não de rejeição nem de aplauso, mas de muita cautela sobre a matéria. Aliás, tenho dito com muita frequência que a gente perde essa oportunidade do debate preliminar de Pauta para fazer algumas ressalvas que se impõem. Ora, esse projeto meritório do Ver. Airto Ferronato, passando hoje, 8 de setembro, ao último dia de pauta, certamente irá para a Comissão de Justiça, Ver. Janta, e lá eu não tenho ultimamente oportunidade de atuar, depois de longos anos de presença na Comissão de

Constituição e Justiça, estou prazerosamente atuando na Comissão de Cultura, Educação, Esportes e Juventude, especialmente no último item, juventude, que muito tem a ver com a minha pessoa – humor é fundamental nesta hora –, então pediria, Ver. Janta, que V. Exa. atendesse apelo meu e do meu Presidente da CECE, que é o Ver. Tarciso, um olhar preliminar sobre esse assunto, com cuidado, para que boas ideias não sejam conflitadas com a realidade constitucional do País. Aliás, Sr. Presidente, eu observo nos dias atuais da empolgação da propaganda política, altamente reduzida, com as pessoas precisando, os candidatos, criarem, da forma mais inteligente possível, uma redução das suas posições para serem apresentadas ao grande público, algumas manifestações claras a respeito do não conhecimento exato das competências dos Vereadores. Aí reside um dos pontos maiores da frustração do eleitorado. É que o eleitor vê as pessoas falarem determinados assuntos altamente vinculados ao seu cotidiano, mas sobre os quais nós não temos competência. E depois nós aqui temos que fazer todo aquele esforço para dar um colorido constitucional, para que a matéria possa tramitar. Eu não quero me antecipar, mas me parece que nós estamos diante de uma situação, pelo menos, semelhante a essa que estou me referindo. Um belíssimo projeto, com uma excelente e meritória intenção, e uma dificuldade muito grande de nós ajustarmos isso a nossa competência legislativa. Eu posso dizer o seguinte: o Ver. Bernardino Vendruscolo sabe que, há dez anos, eu queria realizar as brigadas de combate a incêndio. Aí, ele me convenceu: “Pujol, isso não é competência tua”. Está guardado em arquivo, mandei que arquivassem. Numa dessas, no arquivo, algum dia surgisse a competência – não surgiu até agora. Então, não há como a gente transformar algum fato que é a realidade constitucional brasileira. Eu tenho, com relação à Constituição brasileira, grandes reparos a oferecer, grandes resistências, mas, enquanto não for modificado, prevalece aquilo que está inserido na Constituição. Porque não há outra forma, senão respeitar o processo legislativo vigente. Eu, por exemplo, estou sofrendo nos dias atuais, Ver. Janta, V. Exa. provavelmente também, ultimamente eu sou mais contador, advogado do que candidato, porque passo o dia inteiro procurando adaptar as mais simples situações a um procedimento legal imposto pela legislação atual, dos mais rigorosos, e acho até que um dos mais descabidos, a ponto que fui reclamar a um dos juízes que aplica essa legislação, e ele me deu uma resposta extremamente sábia: “Doutor, o senhor é candidato, eu sou Juiz; eu não faço as leis, seus colegas fazem; eu cumpro as leis. Modifiquem as leis e eu irei cumpri-las.” Eu acho que essa lei, que hoje está vigorando, Sr. Presidente, necessária e obrigatoriamente, vai ser modificada, porque eu duvido que os deputados se submetam a esse rigor, a esse descontrole e, acima de tudo, a essa falta de lógica que a legislação atual apresenta. Era isso, Sr. Presidente, obrigado pela sua atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, minha cara Fernanda Melchionna; mais uma vez, nós, que vivemos o dia a dia da Cidade, que percorremos a Cidade de ponta a ponta, que dialogamos com o cidadão e a cidadã de Porto Alegre, sabemos que um dos dramas é o transporte coletivo de péssima qualidade. V. Exa. já tratou disso há mais tempo, em outros momentos, e eu venho enfatizando e me somando a alguns dos seus pensamentos, das suas reflexões, porque é inaceitável que a nossa Carris esteja sendo destruída do jeito que está sendo. Algumas pessoas que tentam manter um trabalho de qualidade, como motoristas e cobradores, são perseguidas; câmaras de vídeo são colocadas não para monitorar os problemas e os problemas de insegurança, mas para monitorar o motorista e o cobrador. Portanto, isso é um assédio moral tremendo contra o motorista e o cobrador da Carris. Enquanto isso, os assaltos continuam nos ônibus da Carris, mas a Força de Segurança Nacional está na frente da Zero Hora, está em alguns postos de gasolina e em algumas esquinas de forma pomposa. Pomposa! Mas não estão nos locais em que, frequentemente, há assaltos aos ônibus da Carris. O T3 não apareceu hoje de manhã. Eu quero saber qual é a resposta que a EPTC vai me dar, porque, na semana passada, Ver.^a Fernanda, o ônibus Ponta Grossa não apareceu no horário das 7h30min. A empresa responsável, eu acho que é a Trevo, disse que não, que tinha aparecido, que havia problemas, sim, de alguns pingos, alguma coisa molhada nos bancos, mas, no final, no terminal, foi resolvido. Mentira! A pessoa que me passou a informação é da mais alta idoneidade, não inventaria, não teria nenhum motivo para inventar, as pessoas não são mentirosas. Quem mente são as empresas, são os empresários, os responsáveis pelas empresas, que, descaradamente, omitem, mentem, fazem verdadeiras falcatruas no transporte coletivo de passageiros. Além disso, a passagem é caríssima, e não só para quem paga a passagem, o desempregado, o trabalhador autônomo, o biscateiro. Não! As empresas têm que pagar R\$ 3,75, ida e volta. Quanto dá isso todo mês? Para o seu empregado, para o seu trabalhador chegar atrasado, suado, espezzinhado dentro de ônibus lotados, atrasados e sujos? Não, essa situação não pode continuar, não vai continuar! Nós estamos mais atentos do que nunca.

Eu quero chamar uma grande frente para a gente combater o péssimo transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre, além de exigir mais linhas transversais para a Carris, ônibus novos, e não ônibus maquiados – maquiados, tinta caindo! É uma vergonha nacional! Além disso, eu propugno também que, naqueles espaços – comunidades e bairros – que têm ruas estreitas, onde os ônibus têm dificuldade de entrar, nós possamos ter lotações transversais. Eu estou fazendo um estudo minucioso de todos os temas de transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre; já estou com alguns projetos engatilhados com consistência, não inconstitucionais. Alguns apresentam projetos inconstitucionais aqui e, depois, querem que a gente aprove. Não! Nós vamos estudar, nós temos assessoria jurídica, nós temos pessoas que nos ajudam, nós escutamos a sociedade civil, que tem pessoas altamente capacitadas que podem nos ajudar – e muito! Por isso, eu continuo a minha peleia, Ver.^a Fernanda Melchionna, por um transporte coletivo de passageiros de qualidade, com ônibus limpos, que tenham piso rebaixado e ar condicionado. Além disso, que os

cadeirantes não fiquem nas paradas, e que os ônibus venham com aquelas geringonças funcionando efetivamente para que as pessoas não sejam humilhadas. Pelos direitos fundamentais, pela dignidade da pessoa humana, pelo transporte coletivo de qualidade!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos ouvem, quero falar da minha satisfação em ter conseguido aprovar com a totalidade dos votos dos Vereadores presentes uma homenagem de honra ao mérito ao nosso ex-Governador Alceu de Deus Collares. Espero que no dia dessa comemoração, em função das grandes qualidades do nosso Governador, que não são poucas, que os nossos Vereadores estejam aqui honrando o prêmio que esta Casa oferecerá a ele.

Hoje à tarde, às 16 horas, aqui em frente ao plenário Ana Terra, será lançado um livro: A Nova Gestão da Era do Conhecimento. Nós estamos vendo que todos os governos, todas as ações sociais, as ações médicas, ações econômicas dependem de um novo movimento e de um novo momento, o acúmulo de dados que a era da computação está trazendo para que possamos programar, fazer governança, para que possamos ter cenários favoráveis e desfavoráveis para que o mundo se torne melhor. Entre as várias pessoas que escrevem esse livro, profundos conhecedores desse assunto nas suas áreas, temos o filho do nosso amigo Milton Dri, da Sogipa; o Dr. Newton Dri, que é professor universitário e escritor, engenheiro civil especializado em Administração e Marketing Esportivo. Quando o Bosco fizer o lançamento dele, novamente, daqueles jogadores de futebol que vêm do exterior, e que vêm do Rio e de São Paulo, ele poderia se socorrer do Newton Dri, que conhece tudo de *marketing* de esportes. Então, eu acho que seria importante para a Bancada do PTB, que se preocupa tanto com a era do conhecimento e a nova gestão, comparecer para vermos a pequena palestra que vai ser apresentada. E já convido o nosso Presidente, Ver. Cassio Trogildo; para escutar e dar uma palavrinha a respeito da nova era e o acúmulo de conhecimento. Esses acúmulos de datas e conhecimentos estão trazendo melhorias para a vida, e o PTB que está sempre *avant-garde*, em primeiro lugar na era do conhecimento, pelas reuniões que fazemos no partido e as discussões que fazemos, deverá se fazer presente aqui na entrada, às 16h, quando será lançado o livro, com vários especialistas discorrendo sobre o assunto. A Nova Gestão na Era do Conhecimento. Obrigado, Presidente, Cassio Trogildo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, V. Exa. esclareceu bem que eu venho à tribuna pela Liderança do meu Partido, o Democratas. Não estou como líder do Governo. Estou sustentando uma posição política do meu Partido e eu lamento que o Ver. Adeli Sell tenha usado a tribuna, e agora está afastado, momentaneamente, espero eu, aqui do plenário, o que me deixou um pouco constrangido em respondê-lo. Mas eu quero, Sr. Presidente, reafirmando posição, que há anos eu coloco aqui nesta Casa, que é essa posição cômoda de vir reclamar do preço da passagem, dizer que é cara, que o sistema de transporte não é bom. Isso é um deslavado oportunismo eleitoral, já que sabidamente o Ver. Adeli fez parte de um governo que ficou 16 anos na cidade de Porto Alegre e não fez nada melhor do que está sendo feito hoje. Num momento muito especial, parece que o ilustre integrante da oposição aqui na Casa desconhece uma realidade brasileira: não há setor da economia brasileira que não esteja funcionando bem hoje, Ver. Dr. Goulart. Os hospitais estão fechando, a crise na área da saúde é enorme, a área de segurança pública nem vou comentar, e a mobilidade urbana segue a mesma situação. Ver. Cláudio Janta, V. Exa. que, além de ser um grande Vereador é também um grande líder sindical, sabe que hoje a passagem é cara para quem paga e insuficiente para quem recebe, até porque o sistema cruel que foi montado neste Município e que vigora há 30 ou 40 anos, é injusto, transfere o pagamento do custo da tarifa ao usuário e não àqueles que demagogicamente ficam dando benefício a todos. Será que tem alguém aqui com coragem de dizer que é injusto o que os Deputados Federais fizeram de concederem gratuidade de passagem para os idosos? Não. Só que os Deputados Federais reconheceram o direito, mas deixaram de estabelecer quem haveria de custear esse direito, e o custeio hoje é feito pelo próprio usuário do transporte coletivo. Então, hoje, o pobre é o grande benfeitor do outro pobre, quando, muitas vezes, este nem pobre é e é beneficiado por esse sistema. Por isso, senhores, senhoras, imprensa aqui presente, eu gostaria de deixar claro o seguinte: que a 25 dias antes de uma eleição, há que se ter cuidado com as palavras que são proferidas, em especial, sobre os seus efeitos. Quem governou Porto Alegre por 16 anos, quem inventou o plus tarifário, quem fez toda a barafunda que foi a intervenção no processo coletivo e que deu no que deu? Quem pertence a essa linha de ação política? Ora, Srs. Vereadores, afirmo de forma muito clara que não tem condições políticas de impugnar a realidade hoje existente na cidade de Porto Alegre, porque nada fez no sentido de concretamente modificá-la e, ao contrário, tudo fez no sentido de agravá-la. Por isso, Sr. Presidente, eu digo, com toda a tranquilidade, que é muito simples, na véspera da eleição, tu chamares os empresários de safados, de irresponsáveis, depois que tu já andaste muito na algibeira deles. Tem gente que até bem pouco tempo, quando a empresa podia contribuir, vivia paquerando os empresários; agora, é tudo bandido. Só que os bandidos não estão na cadeia, financiaram eles todos e guardaram dinheiro para eles, tanto que eles estão utilizando. As campanhas deles são mais caras do que as nossas.

Assim, Sr. Presidente, eu quero respeitosamente concluir o meu pronunciamento, lamentando que eu esteja me referindo ao pronunciamento de uma pessoa que não está no plenário. Mas o faço com o devido respeito, para não perder a

oportunidade de repor a situação no seu devido lugar. Porto Alegre, como o Brasil todo, sofre do desmando de toda essa loucura que foi esse período em que o PT esteve no Governo brasileiro e que quebrou o Brasil. Recuperar essas situações é uma tarefa muito árdua. Ninguém tem esperança de que, do dia para a noite, isso se modifique, porque o buraco é muito profundo, e grandes foram os roubos que ocorreram nesta Nação. Recuperar isso é algo muito difícil, mas, com a graça de Deus, haverá de ser feito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não havendo mais nenhum Vereador inscrito, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h55min.)

* * * * *